



Número: **0801953-70.2020.8.18.0136**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Sul 1 Anexo II Bela Vista**

Última distribuição : **06/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Confusão, Correção Monetária, Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDI CARLOS DE SOUSA RIOS (AUTOR)		REGINO LUSTOSA DE QUEIROZ NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11750058	06/09/2020 05:29	AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA SEGURO DPVAT EDI CARLOS	Petição



QUEIROZ PIMENTEL

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA SUL 1 - SEDE BELA VISTA - DA COMARCA DE TERESINA/PI.

JUSTIÇA GRATUITA

“Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles” (Rui Barbosa).

EDI CARLOS DE SOUSA RIOS, brasileiro, união estável, desempregado, portador da cédula de identidade RG nº 2.631.510 SSP/PI e do CPF nº 057.173.743-99, residente e domiciliado na Rua São Francisco, s/n, Povoado Santo Antônio, Bairro: Zona Rural, CEP: 64415-000, em Nazaria/PI, email: edicarlossousarios@hotmail.com, neste ato representado por seu advogado que esta subscreve, *in fine* assinado (mandato anexo), com endereço profissional localizado na Rua Rui Barbosa, nº 1385, Bairro: Centro/Norte, CEP: 64000-090, em Teresina/PI, email: regino.queiroz@hotmail.com, local onde recebe intimações e atos processuais de estilo, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Excelência, a fim de propor a presente:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM COBRANÇA DE PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT RECONHECIDO ADMINISTRATIVAMENTE

com fulcro nos arts. 186, 404, e 927, do Código Civil Brasileiro, Lei nº 8.078/90, e demais previsões legais pertinentes, em face de:

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada por seu bastante procurador legal, com sede estabelecida na Rua da Assembléia, nº 100, Andar: 26º, Bairro: Centro, CEP: 20.011-904, em Rio de Janeiro /RJ; que faz conforme o teor dos fatos e fundamentos a seguir:

Rua Rui Barbosa nº 1385, Centro-Norte, Teresina-PI / CEP: 64.000-090

Tel: (86) 99409-2202; (86) 98185-2097; (86) 98845-2306; (86) 99915-1611





QUEIROZ PIMENTEL

Advogados Associados

1 - DOS FATOS

O autor em 07/09/2017 por volta das 17:00 foi vítima de um acidente automobilístico (motocicleta) enquanto trafegava no veículo na localidade passagem de Santo Antônio, adveio a colidir com outro veículo, sem lhe prestar socorro se evadindo do local (conforme se extrai do Boletim de Ocorrência acoplado nos autos).

Doravante, em decorrência do acidente automobilístico, o autor foi socorrido e conduzido até o Hospital de Urgência de Teresina (HUT) conforme segue anexo o prontuário acostado, lhe deixando sequelas permanentes.

Assim, o suplicante passou por laudo do Instituto de Medicina Legal (IML) de Teresina, na qual foi quantificada sua deformidade permanente, sendo posteriormente ingressado administrativamente perante a requerida com o pedido de adimplemento do SEGURO DPVAT, exsurindo o SINISTRO DE Nº 3190549120 DATADO DE 24/09/2019.

Não obstante a requerida de maneira administrativa veio a reconhecer o direito que assiste o suplicante, orçando o valor em R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme se depreende do documento anexado. Ato contínuo, o autor foi impossibilitado de receber a quantia instada, em razão de problemas bancários para recebimento de valores, na qual por mais de 03 (três) vezes, tentou o recebimento, sem êxito.

Assaz que o requerente CONCORDA com o valor atribuído pela requerida de maneira administrativa, sendo este valor incontroverso, o que requer tão somente o pagamento da quantia certa definida, pela via judicial, em virtude de até o momento esta impossibilitado de receber a quantia instada.

Logo, não há conflito, uma vez que o requerente aceito o valor indiciado pela requerida na via administrativa, só requerendo seu adimplemento pela via judicial, em face do impedimento de seu recebimento.

2-PRELIMINARMENTE

2.1.-Da Concessão da Justiça Gratuita

Rua Rui Barbosa nº 1385, Centro-Norte, Teresina-PI / CEP: 64.000-090

Tel: (86) 99409-2202; (86) 98185-2097; (86) 98845-2306; (86) 99915-1611





QUEIROZ PIMENTEL

Advogados Associados

O requerente, pugna pelos benefícios da Justiça Gratuita preconizados na Lei nº 1.060/50 e no art. 5º, LXXIV, CF/88, combinado com o art. 98 e seguintes do CPC, por ser pobre na forma da lei, ou seja, não dispor de condições econômicas para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem colocar seriamente em risco a sua própria manutenção e, até mesmo, sobrevivência.

Nestes moldes o requerente, hodiernamente se encontra **DESEMPREGADO**, além de consistir no respectivo mandato, cláusula específica de aposição por este causídico a suscitar os benefícios da Justiça Gratuita, com supedâneo no art. 105 do CPC, acoplado o termo hipossuficiência financeira angariado aos autos, condições estas que corroboram com a nítida **CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ALMEJADO**, corolário e em plena sintonia aos princípios da “dignidade da pessoa humana” e da inafastabilidade jurisdicional.

3-DO DIREITO

Do Direito Reconhecido pela Requerida na Via Administrativa

Conforme visto a demanda não encontra muitas dificuldades, uma vez que o suplicante só pretende o pagamento do que foi lhe reconhecido pela via administrativa pela própria requerida, em montante orçado em R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), no sinistro de nº 3190549120.

Mister se faz pontuar que o suplicante por três vezes tentou o adimplemento, restado as tentativas de maneira infrutífera, em virtude problemas bancários na qual desconhece, o que espera o recebimento pela via judicial do valor já reconhecido pela requerida e seu por direito.

Assim, não há o que se pontuar em saldo remanescente, tão somente o adimplemento do valor erigido administrativamente, o que se requer na condenação da obrigação de fazer no que consiste no adimplemento.

DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

A aplicação dos juros e correção monetária do valor para fins de complementação deve-se sopesar o reconhecimento do termo *a quo*, a contar os juros desde a citação e da correção monetária desde a data

Rua Rui Barbosa nº 1385, Centro-Norte, Teresina-PI / CEP: 64.000-090

Tel: (86) 99409-2202; (86) 98185-2097; (86) 98845-2306; (86) 99915-1611





QUEIROZ PIMENTEL

Advogados Associados

do evento danoso (acidente), ou seja, sinistro, no qual se satisfaz na data de 07/09/2017.

Sobre o tema, não repousa dúvidas, sendo incontroversos os termos de juros e correção monetária, posto ser trazidos à baila em sede de Juizados Especiais, por intermédio do PRECEDENTE DE Nº 06, vejamos:

PRECEDENTE Nº 06 - Nas indenizações decorrentes do seguro obrigatório (DPVAT), computar-se-ão os juros desde a citação, e a correção monetária desde a data do sinistro, inclusive, quando o pagamento for feito a menor (Resp. 1.483.620/SC). (Aprovado à unanimidade).

Neste norte, não repousa dúvidas quanto ao direito que assiste ao suplicante, uma vez que só almeja o valor reconhecido pela requerida, sem quedar-se em perquirir eventual complementação, portanto, sendo demanda que possui obrigação de valor INCONTROVERSO.

8-DOS PEDIDOS:

Por tudo exposto, serve a presente Ação, para **requerer a V. Exa.** se digne:

a)- Ordenar a CITAÇÃO da REQUERIDA no endereço inicialmente indicado no preâmbulo desta peça, quanto à presente ação, para que, querendo dentro do prazo legal apresente contestação e compareça a todas as audiências designadas por este emérito juízo, sob pena de revelia e confissão ficta:

b) A concessão dos BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, em favor do autor, tendo em vista que o mesmo hodiernamente se encontra DESEMPREGADO, acoplada ao termo de hipossuficiência financeira e aos poderes especiais declinados no instrumento de mandato (procuração), com sucedâneo no Art. 105 e Art 98 ambos do CPC, fazendo jus assim a imperiosa concessão do benefício instado, com efeitos, inclusive em sede de Sentença de Mérito, caso acha a necessidade de interposição de RECURSO INOMINADO.

C) Que seja a requerida condenada ao adimplemento na OBRIGAÇÃO DE FAZER, no sentido de que se proceda a pagamento ao suplicante de quantia certa, já reconhecida pela via administrativa, orçada no montante de R\$7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta

Rua Rui Barbosa nº 1385, Centro-Norte, Teresina-PI / CEP: 64.000-090

Tel: (86) 99409-2202; (86) 98185-2097; (86) 98845-2306; (86) 99915-1611





QUEIROZ PIMENTEL

Advogados Associados

centavos), proveniente do sinistro de nº 3190549120, reconhecida pela requerida, ante a impossibilidade até o presente momento do recebimento do valor incontroverso, sem culpa do suplicante, com a incidência de juros a partir da citação e da correção monetária a contar da data do evento danoso (acidente) ocorrido em 07/09/2017, consoante Súmula 426 do STJ.

d) Que seja a requerida condenada na inversão do ônus da prova, perquerindo desde já à apresentação de toda a documentação acostada na via administrativa pelo suplicante no **SINISTRO DE Nº 3190549120,** incluindo o valor reconhecido, acaso haja resistência da requerida ao adimplemento da obrigação incontroversa.

e) Seja a requerida condenada ao pagamento dos honorários advocatícios no patamar de 20% sobre o valor da demanda, ou, sobre o proveito econômico auferido, além de arcar com as custas e demais despesas processuais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial pelo depoimento pessoal do preposto da demandada e das provas documentais acostadas a presente peça vestibular, depoimentos de testemunhas e pessoal do autor.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos),** para todos os efeitos de direito.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Teresina-PI, 06 de setembro de 2020.

Dr. REGINO LUSTOSA DE QUEIROZ NETO
OAB/PI DE Nº 9046

